

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 23/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 13 dias do mês de janeiro de 2021, pelas 15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
3. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - A)  
Projeto de Lei n.º 582/XIV (CH) - Alteração ao artigo 2.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro (alteração ao Regime do estado de sítio e do estado de emergência) - Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
  - B)  
Projeto de Lei n.º 30/XIV/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) - Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING");  
Projeto de Lei n.º 73/XIV/1.<sup>a</sup> (PSD) - Regulamentação do lobbying;  
Projeto de Lei n.º 181/XIV/1.<sup>a</sup> (PAN) - Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março);  
Projeto de Lei n.º 253/XIV/1.<sup>a</sup> (PS) - Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses;  
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)  
\* (discussão e votação na generalidade dos Projetos de Lei n.ºs 30/XIV; 181/XIV e 253/XIV agendada para a sessão plenária de 15 de janeiro de 2021)
4. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas (ratificação das votações indiciárias alcançadas em grupo de trabalho):**
  - Projeto de Lei n.º 4/XIV/1.<sup>a</sup> (BE) - "Define e regula as condições em que a antecipação da morte, por decisão da própria pessoa com lesão definitiva ou doença incurável e fatal e que se encontra em sofrimento duradouro e insuportável, não é punível";
  - Projeto de Lei n.º 67/XIV/1.<sup>a</sup> (PAN) - "Regula o acesso à morte medicamente assistida";
  - Projeto de Lei n.º 104/XIV/1.<sup>a</sup> (PS) - "Procede à 50.<sup>a</sup> alteração ao Código Penal, regulando as condições especiais para a prática de eutanásia não punível";
  - Projeto de Lei n.º 168/XIV/1.<sup>a</sup> (PEV) - "Define o regime e as condições em que a morte medicamente assistida não é punível";
  - Projeto de Lei n.º 195/XIV/1.<sup>a</sup> (IL) - "Regula a antecipação do fim da vida, de forma digna, consciente e medicamente assistida".
5. **Discussão e votação na especialidade, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 128.º do RAR, dos Projetos de Resolução n.ºs:**
  - 741/XIV/2.<sup>a</sup> (PAN) - Recomenda ao Governo que crie condições adequadas para a entrada de casais binacionais em Portugal;
  - 774/XIV/2.<sup>a</sup> (BE) - Recomenda ao Governo a criação de medidas que assegurem que casais não-casados binacionais sejam excluídos das restrições de viagem para Portugal;
  - 812/XIV/2.<sup>a</sup> (Ninsc JKM) - Recomenda ao Governo a criação de medidas que assegurem a possibilidade de reagrupamento de famílias e casais de diferentes nacionalidades;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 23/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

6. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2021 - «Uma União vital num mundo fragilizado» [ COM (2020) 690 final ] - Relatora: Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD)
7. Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do Projeto de Voto n.º 423/XIV/2.<sup>a</sup> (Dep Ninsc JKM) - de pesar pelo cidadão Ucrainiano Ihor Homenuk;
8. Discussão e votação do Requerimento, apresentado pelo DURP do IL, para audição do Dr. Miguel Romão, ex-Diretor-Geral da Política de Justiça, sobre as informações enviadas pelo Governo Português às Instâncias Europeias no processo de nomeação do Procurador Português junto da nova Procuradoria Europeia;
9. Apreciação e votação do Projeto de Regulamento da Comissão;
10. Apreciação e votação do projeto de plano de atividades da Comissão para a 2.<sup>a</sup> sessão legislativa, incluindo os planos de atividades das Subcomissões;
11. Outros assuntos.

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	COMUNICAÇÃO EM COMISSÃO	Consultas a promover
613/XIV/2. <sup>a</sup> (PSD)	<a href="#">Décima quarta alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março</a> Conexão com a 1. <sup>a</sup> Comissão, sendo <b>competente a 14-CTED XIV</b>	08-01-2020	08-01-2020	Solicitar o parecer elaborado pela 14. <sup>a</sup> CTED	<a href="#">Agendado para Plenário 20-01</a>
614/XIV/2. <sup>a</sup> (BE)	<a href="#">Integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores na Segurança Social</a> <b>Competente a 1.º CACDLG</b> (Conexão com as 10. <sup>a</sup> e 13. <sup>a</sup> Comissões)	06-01-2021	06-01-2021	Comunicado na reunião de 13-01-2021	<a href="#">Agendado para Plenário 15-01</a> CSM, CSMP, OA, OSAE
630/XIV/2. <sup>a</sup> (Ninsc – Cristina Rodrigues)	<a href="#">Reforça a proteção das crianças e jovens que vivam em contexto de violência doméstica ou que o testemunhem</a>	13-01-2021	13-01-2021	Deputada Sandra Cunha (BE) 13-01-2021	CSM, CSMP, OA, CNPCJR
634/XIV/2. <sup>a</sup> (PAN)	<a href="#">Aprova um regime jurídico de transparência dos contratos, acordos e outros documentos relativos a operações que determinem a utilização ou disponibilização de fundos públicos relativamente a entidades pertencentes a sectores estratégicos</a> Conexão com a 1. <sup>a</sup> e 6. <sup>a</sup> Comissão, sendo <b>competente a 5-COF</b>	11-01-2021	11-01-2021	Comunicado na reunião de 13-01-2021	<a href="#">Agendado para Plenário 14-01</a>

Aprovada em 03.02.2021

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIV/ 2.ª SL**

636/XIV/2.ª (PAN)	<u>Determina a possibilidade de substituição temporária dos deputados em caso de candidatura à eleição de Presidente da República, de deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira ou de titular de Órgão .....</u> <b>Competente a 14-CTED</b> (Conexão com a 1.ª Comissão)	13-01-2021	13-01-2021	Comunicado na reunião de 13-01-2021	
637/XIV/2.ª (PS)	<u>Criação de uma Comissão para a eventual integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) no regime geral da Segurança Social</u> <b>Competente a 1.º CACDLG</b> (Conexão com a 10.ª Comissão)	11-01-2021	11-01-2021	Comunicado na reunião de 13-01-2021	<u>Agendado para Plenário 15-01</u> CSM, CSMP, OA, OSAE
638/XIV/2.ª (CDS-PP)	<u>Alteração do Estatuto dos Deputados em matéria de suspensão do mandato (14.ª alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março)</u> <b>Competente a 14-CTED</b> (Conexão com a 1.ª Comissão)	13-01-2021	13-01-2021	Comunicado na reunião de 13-01-2021	
641/XIV/2.ª (PAN)	<u>Consagra mecanismos de transparência e escrutínio na distribuição dos processos judiciais, alterando o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho</u>	13-01-2021	13-01-2021	Deputada Mónica Quintela (PSD) 13-01-2021	<u>Agendado para Plenário 28-01</u> CSM, CSMP, O.A, OSAE e COJ

**PROJETOS DE RESOLUÇÃO**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIV/ 2.ª SL**

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO	ANÚNCIO COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
829/XIV/2.ª (PAN)	<a href="#">Recomenda ao Governo que elabore e apresente à Assembleia da República um estudo sobre a viabilidade da integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores na segurança social</a>  (Conexão com a 10.ª Comissão)	06-01-2021	06-01-2021	Comunicado na reunião de 13-01-2021	<a href="#">Agendado para Plenário 15-01</a>

No segundo ponto, foi anunciada a baixa à Comissão do seguinte Projeto de Voto, cuja discussão e votação ficou agendada para a reunião seguinte:

<b>436/XIV/2.ª (PS)</b>	<b>Voto de condenação pelas agressões ocorridas no dia 22 de dezembro, ao Presidente da Câmara de Abrantes e a outros eleitos locais</b>
-----------------------------	--

No terceiro ponto, adiada a apreciação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 582/XIV \(CH\)](#) - Alteração ao artigo 2.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro (alteração ao Regime do estado de sítio e do estado de emergência), a solicitação do Relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), procedeu-se à apresentação, pelo mesmo Relator, do [parecer](#) sobre os [Projetos de Lei n.º 30/XIV/1.ª \(CDS-PP\)](#) - Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING"); [73/XIV/1.ª \(Deputados do PSD\)](#) - Regulamentação do lobbying; [181/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março); [253/XIV/1.ª \(PS\)](#) - Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses.

Discutido o parecer, foi este submetido a votação, tendo as respetivas partes I e III sido aprovadas por unanimidade, na ausência do Deputado único representante do CH.

A solicitação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi adiada a votação na especialidade (por ratificação das votações indiciárias alcançadas em [grupo de trabalho](#)) dos Projetos

Aprovada em 03.02.2021

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 23/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

de Lei n.ºs [4/XIV/1.<sup>a</sup> \(BE\)](#) - "Define e regula as condições em que a antecipação da morte, por decisão da própria pessoa com lesão definitiva ou doença incurável e fatal e que se encontra em sofrimento duradouro e insuportável, não é punível"; [67/XIV/1.<sup>a</sup> \(PAN\)](#) - "Regula o acesso à morte medicamente assistida"; [104/XIV/1.<sup>a</sup> \(PS\)](#) - "Procede à 50.<sup>a</sup> alteração ao Código Penal, regulando as condições especiais para a prática de eutanásia não punível"; [168/XIV/1.<sup>a</sup> \(PEV\)](#) - "Define o regime e as condições em que a morte medicamente assistida não é punível"; e [195/XIV/1.<sup>a</sup> \(IL\)](#) - "Regula a antecipação do fim da vida, de forma digna, consciente e medicamente assistida".

Intervieram a Coordenadora do Grupo de Trabalho, Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD), que deu conta da atividade desenvolvida pelo grupo de trabalho, e os Senhores Deputados Isabel Alves Moreira (PS) e José Manuel Pureza (BE). O projeto de texto final foi apreciado do ponto de vista da sua correção legística, sem prejuízo de ter ficado adiada a respetiva discussão para a reunião seguinte.

Seguidamente, teve lugar a [discussão e votação na especialidade](#) dos Projetos de Resolução n.ºs 741/XIV/2.<sup>a</sup> (PAN) - [Recomenda ao Governo que crie condições adequadas para a entrada de casais binacionais em Portugal](#); 774/XIV/2.<sup>a</sup> (BE) - [Recomenda ao Governo a criação de medidas que assegurem que casais não-casados binacionais sejam excluídos das restrições de viagem para Portugal](#); e 812/XIV/2.<sup>a</sup> (Ninsc JKM) – [Recomenda ao Governo a criação de medidas que assegurem a possibilidade de reagrupamento de famílias e casais de diferentes nacionalidades](#).

Os Projetos de Resolução haviam baixado à Comissão em 8 de janeiro de 2021, para discussão e votação na especialidade, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 128.º do RAR, após aprovação na generalidade.

Em 13 de janeiro de 2021, os proponentes apresentaram uma proposta de texto único, configurando a natureza de proposta de substituição da parte deliberativa dos Projetos de Resolução, para discussão e votação na especialidade.

Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares e demais forças políticas que integram a Comissão, à exceção do Deputado único representante do CH, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da proposta

Aprovada em 03.02.2021

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 23/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

de substituição da parte deliberativa dos Projetos de Resolução, uma vez que todos os proponentes nela se reviam e a adotaram como matriz, prescindindo assim da votação do texto de cada Projeto.

No debate que antecedeu a votação, para além do Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Marques Guedes, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Sandra Cunha (BE), Duarte Marques (PSD), Inês Sousa Real (PAN), Joacine Katar Moreira (Ninsc), Romualda Fernandes (PS), Telmo Correia (CDS-PP), Mónica Quintela (PSD) e Cláudia Santos (PS).

Da discussão e votação da proposta de texto único, resultou o seguinte:

- Proposta para o n.º 1.º, com a redação proposta oralmente pelo Senhor Presidente, nos seguintes termos: «Assegure a possibilidade de os casais binacionais não-casados, bem como os filhos ou dependentes a cargo, se reencontrarem em Portugal, em linha com as recomendações emitidas pela Comissão Europeia a 7 julho de 2020, através de critérios de avaliação e requisitos de verificação exequíveis, solicitando para o efeito, se necessário, a respetiva emissão de orientações à Direção-Geral de Saúde» - aprovada com votos a favor do PSD, do BE, do PCP, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PS e do CDS-PP, na ausência do Deputado único representante do CH;
- Os n.ºs 2 a 4 da proposta de texto único foram aprovados com votos a favor do PSD, do BE, do PCP, do PAN e da Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PS e do CDS-PP, na ausência do Deputado único representante do CH. O texto final aprovado será submetido a votação final global pelo Plenário da Assembleia da República, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Seguidamente, procedeu-se à apreciação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão 2021 - «Uma União vital num mundo fragilizado» [[COM\(2020\)690](#)], após apresentação pela respetiva relatora, Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD). Interveio no debate subsequente a Senhora Deputada Isabel Almeida Rodrigues, após o que o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do Deputado único representante do CH.

Aprovada em 03.02.2021

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIV/ 2.ª SL**

No ponto seguinte, procedeu-se à apreciação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do Projeto de Voto n.º 423/XIV/2.ª (Dep. Ninsc JKM) - de pesar pelo cidadão Ucrainiano Ihor Homenuk.

Apresentado o projeto pela proponente, Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc) teve lugar um debate em que intervieram, para além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Beatriz Gomes Dias (BE), Duarte Marques (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), José Magalhães (PS), António Filipe (PCP), Pedro Delgado Alves (PS) e a proponente, discussão que incidiu sobretudo nos considerandos do projeto, tendo, a final, a parte deliberativa do Projeto de Voto sido reformulada, por deliberação unânime, tendo sido nesse sentido aprovado o texto final do voto, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 7 e 10 do artigo 75.º do RAR, nos seguintes termos:

“A Assembleia da República manifesta o seu profundo pesar pelas lamentáveis circunstâncias em que ocorreu a morte do cidadão Ihor Homeniuk, enquanto se encontrava à guarda do Estado Português, e apresenta à Esposa, Filhos, Pai, Irmã, Amigos e Colegas as suas mais sentidas condolências.”

Entretanto, a pedido da proponente, foi retomado este ponto e revertida a deliberação, tendo a Comissão, ao invés da aprovação do texto final do voto, deliberado por unanimidade, na ausência do DURP do CH, apresentar ao Senhor Presidente da Assembleia, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 8 do artigo 75.º do RAR, a recomendação de votação em Plenário do projeto de voto (a considerar com a já aludida reformulação).

Passou-se, então, à discussão e votação do [requerimento](#), apresentado pelo DURP do IL, para audição do Dr. Miguel Romão, ex-Diretor-Geral da Política de Justiça, sobre as informações enviadas pelo Governo Português às Instâncias Europeias no processo de nomeação do Procurador Português junto da nova Procuradoria Europeia.

Para fazer a apresentação do requerimento, usou da palavra o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL), tendo em seguida intervindo as Senhoras e os Senhores Deputados Telmo Correia (CDS-PP), Mónica Quintela (PSD), José Manuel Pureza (BE),

Aprovada em 03.02.2021

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

José Magalhães (PS), António Filipe (PCP), Inês Sousa Real (PAN) e Joacine Katar Moreira (Ninsc), após o que o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PS e da Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc), a favor do PSD, BE, CDS-PP e PAN e a abstenção do PCP.

Os trabalhos prosseguiram com a aprovação por unanimidade do plano de atividades da Comissão para a 2.<sup>a</sup> sessão legislativa, uma vez que a apreciação e votação do Regulamento da Comissão foi adiada para a reunião seguinte, em consequência da apresentação de propostas de alteração dos Grupos Parlamentares do PS e do CDS-PP.

Por fim, a pedido da Senhora Deputada Mónica Quintela, o Senhor Presidente informou que insistiria junto da Senhora Ministra da Justiça no sentido de saber se haveria algum impedimento a que a Comissão tomasse conhecimento da carta retificativa remetida por aquele membro do Governo ao Conselho Europeu, a propósito da nomeação do Procurador José Guerra como Procurador Português junto da nova Procuradoria Europeia.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de janeiro de 2021

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIV/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)  
Elza Pais (PS)  
Francisco Pereira Oliveira (PS)  
Isabel Alves Moreira (PS)  
Isabel Rodrigues (PS)  
Joana Sá Pereira (PS)  
José Magalhães (PS)  
Pedro Delgado Alves (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Romualda Fernandes (PS)  
André Coelho Lima (PSD)  
André Neves (PSD)  
Artur Soveral Andrade (PSD)  
Luís Marques Guedes (PSD)  
Márcia Passos (PSD)  
Mónica Quintela (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
Sara Madruga Da Costa (PSD)  
José Manuel Pureza (BE)  
Sandra Cunha (BE)  
António Filipe (PCP)  
Telmo Correia (CDS-PP)  
Inês De Sousa Real (PAN)  
Joacine Katar Moreira (NINSC)  
Ana Paula Vitorino (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Jorge Lacão (PS)  
Paulo Porto (PS)  
Carlos Peixoto (PSD)  
Catarina Rocha Ferreira (PSD)  
Duarte Marques (PSD)  
José Cancela Moura (PSD)  
Lina Lopes (PSD)  
Beatriz Gomes Dias (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

---

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

---

Aprovada em 03.02.2021



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIV/ 2.ª SL**

Aprovada em 03.02.2021